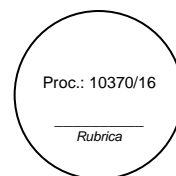




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



PROCESSO Nº 10370/2016-e

JURISDICIONADO: Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF.

ASSUNTO: **Representação.**

EMENTA: Representação formulada por cidadãos acerca da possibilidade de extensão dos efeitos e eficácia da Decisão nº 5.456/2015 a servidores das carreiras integrantes da Polícia Civil do DF, no sentido de considerar para fins da aposentadoria especial de que trata a LC nº 51/85 o período em que permaneceram à disposição da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – SEJUS. Conhecimento – Decisão nº 4592/2016.

Improcedência. Arquivamento.

Senhor Diretor,

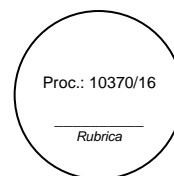
Tratam os autos de representação formulada por cidadãos acerca da possibilidade de extensão dos efeitos e eficácia da Decisão nº 5456/2015 a servidores das carreiras integrantes da Polícia Civil do DF, no sentido de considerar para fins da aposentadoria especial de que trata a LC nº 51/85 o período em que permaneceram à disposição da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – SEJUS, nos termos mencionados na ementa.

2. A presente representação surgiu em face de a Polícia Civil do DF ter indeferido o pedido do servidor RAIMUNDO FERNANDES DE SOUSA FILHO para que o período em que esteve cedido à SEJUS fosse computado como tempo de serviço estritamente policial, para fins de aposentadoria especial prevista na Lei Complementar nº 51/85.

3. Inconformados com o posicionamento da PCDF, o servidor mencionado no parágrafo anterior e o servidor Haendel Silva Fonseca apresentaram a presente representação com a finalidade de solicitar a este e. Tribunal que estenda “os efeitos e eficácia da Decisão nº 5456/2015 aos servidores da carreiras integrantes da Polícia Civil do Distrito Federal que tenham desenvolvido suas atividades no âmbito da SEJUS, em sentido amplo, ou ao menos àqueles que a época permaneceram a disposição na Corregedoria da Secretaria de Justiça, diante da exposição efetiva de risco ou periculosidade, bem como por guardar relação direta com as atribuições do cargo de Policial Civil e Delegado de Polícia”. Tal solicitação vem acompanhada dos seguintes argumentos:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



- por meio da Decisão nº 5456/2015, o TCDF reconheceu que “é possível o cômputo como estritamente policial, para fim da aposentadoria especial de que trata a LC nº 51/85, do período prestado pelos servidores das Carreiras de Delegado e Policial Civil do Distrito Federal no âmbito da Subsecretaria do Sistema Penitenciário - SESIPE, atualmente pertencente à estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – SEJUS, conforme Decreto nº 36.236/15, desde que comprovado que as atividades desenvolvidas pelo servidor policial guardam estreita relação com as atribuições de seu cargo, dispostas no Decreto nº 30.490/09”;

- por força do Decreto nº 27.970/2007, foram incluídas na estrutura administrativa da SEJUS a Subsecretaria do Sistema Penitenciário e a Subsecretaria do Sistema Socioeducativo;

- no Decreto nº 27.970/2007, art. 1º, inciso VIII, foi instituída a Corregedoria, visando ao desenvolvimento de atividades afetas a investigações, correições e apurações decorrentes das condutas dos servidores da SEJUS;

- o § 2º do art. 207 do Decreto nº 27.970/2007 prevê que aos servidores das carreiras de Delegado de Polícia e Policial Civil lotados na SEJUS “ficam asseguradas a contagem de tempo de serviço como atividade policial”;

- a atuação dos servidores integrantes da Polícia Civil do DF à disposição da SEJUS se davam em atribuições que guardavam estreita relação com as atribuições dos cargos de Delegados e Policiais Cíveis;

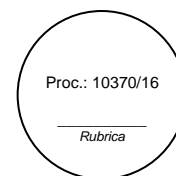
- os servidores lotados na SEJUS mantiveram-se submetidos a todos os normativos legais que regulam as carreiras de Delegado de Polícia e Policiais Cíveis do DF, jamais se afastando do poder-dever de atuar em seus dias de folga, em espaços públicos.

4. A representação foi conhecida por meio da Decisão nº 4592/2016, seguindo voto do relator, i. Conselheiro Márcio Michel Alves de Oliveira, que entendeu haver indícios de irregularidade ou ilegalidade pois “após este processo ter sido recebido neste Gabinete, um dos Representantes encaminhou novos documentos dando conta de que a PCDF interpreta, de modo contrário, a contagem do tempo prestado nas condições especificadas neste processo”.

5. Por meio do item II da mencionada Decisão nº 4592/2016, determinou-se a oitiva da PCDF e da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania. A Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania não se manifestou, o que sugere seja relevado,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



uma vez que essa ausência não causa prejuízo à análise de mérito da presente representação.

6. A PCDF apresentou os esclarecimentos acompanhados do Ofício nº 2409/2016 – DGP (e-Doc 06B9BD8F). Entre os documentos apresentados pela PCDF consta a informação de que os autores da presente representação exerceram cargos em comissão perante a Corregedoria da então Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do DF no período de junho de 2007 a janeiro de 2009. Consta ainda o indeferimento do pedido do servidor Raimundo Fernandes de Sousa Filho para que fosse computado como tempo estritamente policial o período em que esteve cedido à SEJUS. Para esse indeferimento, após detida análise, a PCDF concluiu que as atribuições do cargo exercido pelo servidor, frise-se, de Chefe do Núcleo de Sindicâncias da Comissão Permanente de Disciplina da Corregedoria da SEJUS, eram meramente administrativas e não de natureza estritamente policial, uma vez que a unidade apura apenas ilícito praticado por servidores daquela Secretaria.

7. A análise do mérito da presente representação resume-se a verificar se ocorreu alguma ilegalidade ou irregularidade no indeferimento mencionado no parágrafo anterior.

8. Inicialmente, cumpre mencionar que a Decisão nº 5456/2015, posteriormente complementada pela Decisão nº 6086/2015, trata de período prestado pelos servidores das Carreiras de Delegado e Policial Civil do Distrito Federal no âmbito da Subsecretaria do Sistema Penitenciário – SESIPE, não se aplicando à situação versada nos autos. Portanto, não há falar em descumprimento de Decisão desta e. Corte por parte da PCDF quando indeferiu o pedido do interessado quanto a esse ponto.

9. No tocante à eventual descumprimento do § 2º do art. 207 do Decreto nº 28.212/2007¹ (mencionado incorretamente na representação como Decreto nº 27.970/2007), previsão atualmente constante do § 2º do art. 128 do Decreto nº 34.320/2013 (que revogou o Decreto nº 28.212/2007), no sentido de que seria assegurado aos servidores das carreiras de Delegado de Polícia e Policial Civil do

¹ Decreto nº 34.320/2013

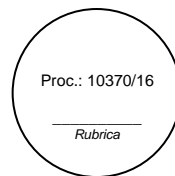
Art. 128 Os servidores das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e Policial Civil do Distrito Federal, em exercício nas unidades da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, permanecem lotados na Polícia Civil do Distrito Federal, à disposição da SEJUS.

(...)

§ 2º Aos servidores que trata o caput deste artigo, ficam asseguradas contagem de tempo de serviço como atividade policial civil, para todos os efeitos legais, bem como preservadas as demais prerrogativas inerentes aos cargos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



DF à disposição da SEJUS a contagem do respectivo tempo como atividade policial civil, cabe mencionar que a questão não é nova nesta e. Corte.

10. No Processo nº 2754/93, este Tribunal apreciou disposição semelhante constante do Decreto nº 14.061/92². No oportunidade, o Relator desse feito, i. Conselheiro José Roberto de Paiva Martins, pronunciou-se nos seguintes termos:

A excelência do trabalho apresentado é digna dos maiores encômios, no entanto, sem querer desmerecê-lo ou diminuí-lo, creio ser de bom alvitre um pequeno adendo às suas conclusões: é fora de dúvida que a LC nº 51/85 foi recepcionada pela nova Constituição Federal de 5 de outubro de 1988; também não resta dúvida de que a atividade policial foi contemplada com a redução do tempo de serviço para aposentadoria voluntária dada as “peculiaridades de exercício decorrentes da integral e exclusiva dedicação às atividades do cargo e riscos a que estão sujeitos” seus ocupantes (conf. TC-024.548/84-7, TCU Pleno, Sessão de 28.05.1987, in DOU de 22.06.87, pág. 9690), portanto, quer nos parecer que à abrangência do Decreto (local) nº 14.061, de 23 de julho 1992, não se pode dar interpretação extensiva sob pena de incorrer-se em grave inconstitucionalidade. (...)

A definição de exercício é jurídico-legal. Está no art. 15 da Lei nº 8.112/90: (...)

O exercício decorre da posse; através da qual, o servidor é convocado para investir-se nas atribuições do cargo para o qual foi nomeado, após aprovação em concurso público (CF, art. 37, inciso II), adquirindo direito às vantagens decorrentes da contraprestação pecuniária que lhe passa a ser devida se exercitar plenamente as obrigações legais que assumiu e passou a exercer.

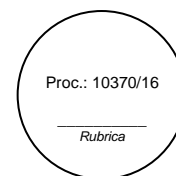
Pelo visto, não basta ao servidor da Carreira Policial estar lotado nos órgãos referidos no Decreto nº 14.061/92 (Secretaria de Segurança Pública ou Gabinete do Governador) para que usufrua das vantagens do LC nº 51/85. É preciso que ele esteja no exercício funcional das atribuições legais de seu cargo efetivo de natureza policial (...)

Qualquer outra interpretação será elástico condenável pois estará quebrando a isonomia entre os servidores policiais... (Grifamos e realçamos)

² Art. 1º - Ficam assegurados aos policiais civis, da Carreira Policial Civil, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com exercício funcional na Secretaria de Segurança Pública e no Gabinete do Governador, bem assim aos policiais civis amparados pelo Art. 92 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, os benefícios de que tratam a Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, o Artigo 15 da Lei nº 8.162, de 08 de janeiro de 1991, e demais legislação vigente relativa a pessoal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



11. O colacionado voto fundamentou a Decisão nº 4182/93, por meio da qual reiterou-se a recomendação feita na Sessão de 27 de fevereiro de 1992, no Processo nº 2441/96 (Rel. Cons. Frederico Augusto Bastos), no sentido de “orientar os integrantes da Carreira Policial sobre as consequências do desvio de função em relação à contagem do tempo de serviço estritamente policial para fins da LC nº 51/85”.

12. Portanto, desde 1993 a jurisdicionada tem conhecimento do posicionamento deste c. Tribunal no sentido de que não basta ao servidor das Carreiras de Delegado de Polícia e de Polícia Civil do DF estarem lotados em determinada Secretaria para usufruírem das vantagens da Lei Complementar nº 51/85. Para tanto, é imperioso que o servidor esteja no exercício funcional das atribuições legais de seu cargo efetivo de natureza policial.

13. Recentemente, o assunto voltou a ser apreciado no Processo nº 1657/2011, que tratou de denúncia semelhante ao objeto da presente representação, quanto à possível ocorrência de irregularidades por parte da PCDF na apuração de tempo estritamente policial, para fins de aposentadoria com base na Lei Complementar nº 51/85. Na oportunidade, depois de amplo debate quanto à previsão constante dos Decretos nºs 25.114/2004³ e 27.767/2007⁴, semelhante a do Decreto nº 14.061/92, o posicionamento desta e. Corte foi reiterado, seguindo voto do i. Conselheiro Inácio Magalhaes Filho, consoante Decisão nº 31/2012, *verbis*:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. considerar parcialmente procedente a denúncia tratada no feito em exame; II. reiterando as deliberações proferidas nos Processos nºs 2.441/89 e 2.754/93, alertar a jurisdicionada de que: a) o exercício, por integrantes das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal, de atividades estranhas aos cargos que as compõem (que não exijam habilidades e conhecimentos técnicos inerentes à função policial) não pode

³ Decreto nº 25.114/2003

Art. 1º – Ficam, pelo órgão de origem, assegurados aos policiais civis, da Carreira Policial Civil, do Quadro de pessoal do Distrito Federal, com exercício funcional no Centro de Atendimento Juvenil Especializado – CAJE da Secretaria de Estado de Ação Social do Distrito Federal, todos os direitos e vantagens a que façam jus, inclusive promoção funcional.

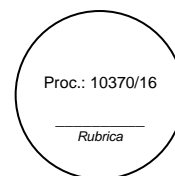
Parágrafo Único - O período em que o policial civil permanecer à disposição da Secretaria de Estado de Ação Social será considerado como atividade de natureza estritamente policial.

⁴ Decreto nº 27.767/2007

Art. 5º - Aos servidores das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e Policial Civil do Distrito Federal em exercício nos órgãos do sistema penitenciário e medidas sócio-educativas do Distrito Federal da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, fica assegurada contagem de tempo de serviço como atividade policial civil para todos os efeitos legais, bem como demais prerrogativas inerentes aos cargos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



*ser computado como atividade estritamente policial para os efeitos da Lei Complementar nº 51/85; **b) quanto ao Decreto nº 14.061/92, não basta o interessado estar lotado nos órgãos referidos nesse diploma legal para ser beneficiado pela Lei Complementar nº 51/85, sendo imperioso, para tanto, o exercício funcional das atribuições legais do cargo de natureza estritamente policial, devidamente comprovado, entendimento que também se aplica aos Decretos nºs 25.114/04 e 27.767/07, bem como a normas correlatas;** III. reiterando o item II da Decisão nº 5.909/10, proferida no Processo nº 41.730/07, determinar à PCDF que faça constar dos processos de concessão de aposentadoria de sua alçada, especialmente aquelas balizadas na LC nº 51/85, demonstrativo dos afastamentos do cargo policial, discriminando, com exatidão e suficiência, todos os elementos correspondentes (motivo, fundamento legal, órgão/entidade de exercício, se o caso, período etc.), mormente para permitir aos órgãos de controle aferir sua conformidade com a natureza estritamente policial das funções de origem; IV. dar ciência desta deliberação à denunciante; V. autorizar o arquivamento dos autos. Decidiu, mais, autorizar o levantamento do sigilo conferido aos autos. Impedido de participar do julgamento deste processo o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO. (Realçamos)*

14. Como se pode observar, é ponto pacífico nesta e. Corte de que não basta estar lotado em órgãos referidos em decretos distritais para ser beneficiado pela Lei Complementar nº 51/85, sendo imperioso o exercício funcional das atribuições legais do cargo de natureza estritamente policial. Registre-se que na oportunidade, por meio do item “II.b” da Decisão nº 31/2012, este Tribunal deixou expresso que esse entendimento se aplica a todas as normas correlatas, como é o caso da previsão contida no § 2º do art. 207 do Decreto nº 28.212/2007, repetida no § 2º do art. 128 do Decreto nº 34.320/2013, que revogou o anterior, ora vindicada pelos autores da representação em análise.

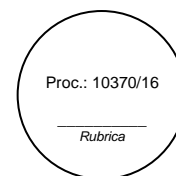
15. Esses dispositivos regulamentares incorrem na mesma impropriedade constante do art. 3º da Lei distrital nº 3.556/2004⁵, que foi julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (ADI 3817), por ser essa matéria de competência legislativa da União. Essa declaração de inconstitucionalidade foi conhecida por esta Corte de Contas por meio da Decisão nº 7996/2009, proferida no Processo nº 3572/2008.

16. O que tem ocorrido é que este e. Tribunal, à míngua de legislação específica quanto a este tema, tem verificado caso a caso, se o tempo de serviço utilizado para a aposentadoria especial, de que trata a Lei Complementar nº 51/85, foi efetivamente cumprido sob as condições típicas da atividade policial. Essa

⁵ Art. 3º Será considerado como de efetivo exercício da atividade policial o tempo de serviço prestado pelo servidor das carreiras policiais civis da Polícia Civil do Distrito Federal, cedido à Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União e do Distrito Federal até a data da publicação desta Lei.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



verificação individualizada guarda consonância com o procedimento adotado pelo Tribunal de Contas da União, conforme se observa no seguinte excerto (Proc. 007.305/2010-9 – Acórdão 2943/2010 – Plenário):

É necessário verificar, caso a caso, se o tempo de serviço utilizado para a aposentadoria especial prevista na Lei Complementar 51/85 foi efetivamente cumprido sob as condições típicas da atividade policial, a envolver perigo ou risco permanente à integridade física e psicológica do servidor.

17. Ao analisar o Processo nº 13036/2012, o entendimento esposado por este Tribunal (Decisão nº 6.558/2012) se deu no sentido de que permanece a necessidade de comprovação do tempo estritamente policial a cada caso concreto, considerando-se como presumidamente policiais apenas as atividades desenvolvidas nos órgãos integrantes do Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal.

18. **In casu**, mais uma vez agiu corretamente a PCDF que, observando as orientações deste Tribunal, verificou no caso concreto, independentemente do previsto no § 2º do art. 207 do Decreto nº 28.212/2007, que as atividades desempenhadas no exercício do cargo de Chefe do Núcleo de Comissão Permanente de Disciplina da Corregedoria da SEJUS, unidade que apura ilícito praticado por servidores daquela Secretaria, são puramente administrativas e não de natureza estritamente policial, motivo porque o pleito do Sr. Raimundo Fernandes de Sousa Filho foi indeferido. Registre-se que essas atividades são rotineiramente desempenhadas por servidores de diversas carreiras em todos os órgãos integrantes do complexo administrativo do Poder Executivo, TCDF e CLDF.

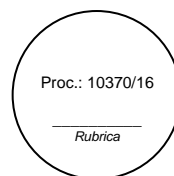
19. Portanto, não se identifica qualquer ilegalidade ou irregularidade cometida pela jurisdicionada no caso em análise.

20. Na verdade, o que se pode observar é que a presente representação, sob o argumento de que estaria sendo cometida ilegalidade por órgão sujeito à jurisdição do TCDF e em matéria de sua competência, traz à apreciação desta e. Corte de Contas questões de interesse subjetivo dos subscritores, irrisignados com ato praticado em desfavor deles pela Polícia Civil do DF, o que, à toda evidência, reveste de natureza recursal as pretensões que ora submetem a esta Corte, cujo mérito, decerto, deveria ser apreciado e superado perante a própria jurisdicionada, sem prejuízo de eventual postulação em juízo (art. 5º, XXXV, CF/88).

21. Nesse ponto, por se amoldar perfeitamente à presente situação, pede-se vênia para transcrever parte do Parecer nº 282/2017-MF, emitido no Processo nº 32128/2016, da lavra da i. Procuradora Márcia Farias:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



15. *Antes, porém, de nos pronunciarmos quanto ao mérito da quaestio em foco, importa deixar registrado que as indigitadas representações, apesar de se apresentarem voltadas a transparecer o cometimento de ilegalidade por órgão sujeito à jurisdição do TCDF e em matéria de sua competência, não parecem ter essa feição nos casos em tela, tampouco sinalizam potencial infringência à autoridade de deliberação emanada desta Casa.*

16. *Referidas peças encerram questões de interesse subjetivo dos subscritores, irresignados com ato praticado em desfavor deles pela Administração do DER-DF (processo administrativo de ressarcimento ao erário por irregularidade em progressão funcional), o que, à toda evidência, reveste de natureza recursal as pretensões que ora submetem a esta Corte, cujo mérito, decerto, deveria ser apreciado e superado perante aquela autarquia, sem prejuízo de eventual postulação em juízo (art. 5º, XXXV, CF/88).*

17. *A natureza do controle externo exercido pelo TC não comporta possa ele atuar no exame e tutela de interesses individuais. Não se inclui entre as competências constitucionais do TCDF a prolação de provimentos jurisdicionais, reclamados por particulares, para a salvaguarda de seus eventuais direitos e interesses subjetivos juridicamente tutelados. A raciocinar em sentido contrário, estar-se-ia permitindo a quem se sentisse individualmente lesado por suposta ilegalidade derivada de ato (comissivo ou omissivo) da Administração sempre buscar amparo junto ao órgão de controle, transformando o instrumento utilizado, assim, em verdadeiro “Mandado de Segurança Administrativo”.*

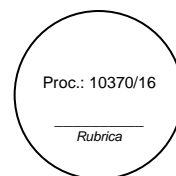
22. Ainda que fosse possível em sede de análise de representação apreciar os pedidos feitos pelos interessados, o desfecho não seria diferente do encaminhamento dado pela PCDF. Vejamos.

23. Quanto à solicitação para que esta e. Corte estenda “os efeitos e eficácia da Decisão nº 5456/2015 aos servidores das carreiras integrantes da Polícia Civil do Distrito Federal que tenha desenvolvido suas atividades no âmbito da SEJUS, **em sentido amplo**” (grifamos), entende-se totalmente carente de amparo legal.

24. Primeiro, porque a citada Decisão nº 5456/2015 foi proferida em sede de consulta e, portanto, tem caráter normativo, o que não ocorre no caso de decisão proferida em processo de Representação, como o presente. Naquela oportunidade esta e. Corte respondeu a questionamento efetuado pela PCDF que tinha dúvida quanto à aplicação da norma. No caso em apreço, pelo contrário, a jurisdicionada, que acompanha na prática e de forma individualizada as atividades desempenhadas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



por seus servidores, tem absoluta certeza quanto à impossibilidade de computar como estritamente policial os períodos objeto da presente representação.

25. Segundo, na estrutura da SEJUS existe, por exemplo, a Unidade de Controle Interno, a Coordenação de Assuntos Funerários e a Gerência do Programa Passe Livre, cujas competências, constantes do Decreto nº 34.320/2013, são:

Art. 9º À Unidade de Controle Interno, unidade orgânica de controle, diretamente subordinada ao Secretário de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, compete:

I. assessorar o Secretário de Estado nos assuntos de competência do controle interno;

II. planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades de controle interno;

III. verificar a observância dos limites e das condições para a inscrição em Restos a Pagar;

IV. acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

V. acompanhar a execução do orçamento;

VI. acompanhar as informações sobre a situação físico-financeira dos projetos e das atividades constantes do orçamento;

VII. dar ciência aos órgãos centrais de controle interno dos atos ou fatos ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos;

VIII. assegurar a observância da legislação geral e específica e das diretrizes estabelecidas pelos órgãos diretivos da Secretaria de Transparência e Controle do Distrito Federal;

IX. acompanhar a execução dos contratos administrativos referentes ao fornecimento de materiais, obras e serviços;

X. acompanhar o cumprimento das normas referentes ao reconhecimento e ao pagamento de dívidas de exercícios anteriores;

XI. acompanhar o cumprimento das recomendações da Secretaria de Transparência e Controle e do Tribunal de Contas do Distrito Federal;

XII. acompanhar o cumprimento das normas nas prestações de contas de convênios;

XIII. elaborar manual de procedimentos da Unidade de Controle Interno;

XIV. elaborar Plano Anual de Atividades de Controle Interno - PAACI;

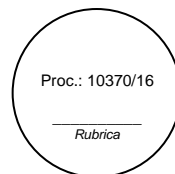
XV. desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.

Art. 10. À Coordenação de Assuntos Funerários, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada ao Secretário de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, compete:

I. supervisionar e fiscalizar a execução dos contratos de concessão de serviços públicos de administração dos cemitérios, das funerárias e das necrópoles do Distrito Federal;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



II. fiscalizar o recolhimento das receitas advindas da administração dos cemitérios, das funerárias e das necrópoles, produzindo relatório das atividades a serem encaminhados à Unidade de Administração Geral;

III. executar levantamento e acompanhamento da situação das instalações físicas, limpeza, vigilância e conservação das funerárias, necrópoles e cemitérios do Distrito Federal;

IV. acompanhar, supervisionar e fiscalizar o cumprimento, por parte das empresas funerárias, do contido na legislação que trata dos serviços funerários no Distrito Federal, e no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, firmado em 21 de julho de 2008 entre o Distrito Federal, por meio da Secretaria;

V. atender e solucionar, quando possível, as reclamações, dúvidas e sugestões dos usuários referentes à execução dos serviços funerários, de cemitérios e de necrópoles;

VI. prestar informações aos órgãos administrativos, judiciais, bem como à Câmara Legislativa do Distrito Federal, em assuntos próprios da coordenação;

VII. elaborar relatórios periódicos sobre as atividades desenvolvidas pelas funerárias e pela concessionária dos serviços de cemitérios e necrópoles;

VIII. propor ao Secretário de Estado normas e procedimentos para regulação da prestação dos serviços funerários, dos cemitérios e das necrópoles;

IX. executar outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.

(...)

Art. 16. À Gerência do Programa Passe Livre, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria para Assuntos da Pessoa com Deficiência da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, compete:

I. realizar atendimento às pessoas com deficiência e doenças crônicas que tem direito ao benefício da gratuidade no transporte público do Distrito Federal, promovendo o credenciamento e a concessão de passe livre nos casos especificados na legislação vigente;

II. promover o cadastramento dos cartões eletrônicos, de acordo com a legislação vigente e/ ou normas estabelecidas pelo GDF;

III. emitir, quinzenalmente, relatório para a confecção dos cartões eletrônicos;

IV. realizar visitas domiciliares para elucidar dúvidas, em caso de necessidade de comprovação de dados fornecidos pelos solicitantes;

V. cancelar, a qualquer tempo, o benefício que porventura tenha sido aprovado e/ou utilizado de forma indevida;

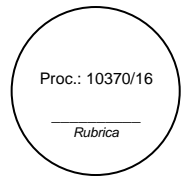
VI. manter uma central de atendimento telefônico, para informar sobre as solicitações feitas pelos beneficiários;

VII. executar outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.

26. Da simples leitura desses artigos, é fácil observar que não estamos diante do exercício de atividades de natureza estritamente policial, sendo, portanto,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



impossível considerar para fins da Lei Complementar nº 51/85 o período prestado à SEJUS independentemente do local e das atividades desempenhadas.

27. Quanto ao pedido de que ao menos o período prestado à Corregedoria da SEJUS seja computado como estritamente policial, entende-se que também não tem como ser atendido. As competências da Corregedoria da SEJUS estavam listadas no art. 10 do Decreto nº 28.212/2007, *verbis*:

Art. 10 – À Corregedoria, unidade orgânica diretamente subordinada ao Secretário de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal compete:

I – planejar, supervisionar, dirigir, executar e controlar as atividades de correição no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal;

II – dar andamento às representações e denúncias relacionadas à lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público, velando por sua integral apuração;

III – apurar transgressões disciplinares praticadas por servidores dos órgãos que integram a Secretaria;

IV – instaurar e julgar sindicâncias para apurar transgressões disciplinares praticadas por servidores, observado o art. 192, inciso VII;

V – instaurar procedimentos preliminares apuratórios – PPA, sindicâncias, processos administrativos disciplinares – PAD, em caso de omissão da autoridade competente ou quando a situação fática recomendar a urgência;

VI – redistribuir os autos de procedimentos preliminares apuratórios – PPA, sindicâncias, processos administrativos disciplinares – PAD;

VII – fiscalizar a atuação dos diversos servidores lotados na Secretaria, no desempenho de suas funções;

VIII - conhecer denúncias, queixas ou reclamações sobre a disciplina de pessoal;

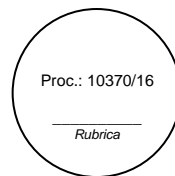
IX – baixar instruções complementares sobre procedimentos preliminares apuratórios, sindicâncias e processos administrativos disciplinares.

28. Como se pode observar, correta a conclusão da PCDF no sentido de que essa “unidade apura ilícito praticado por servidores daquela Secretaria e referem-se a **atribuições administrativas que não são de natureza estritamente policial**”.

29. Outra não pode ser a conclusão pois, em sentido contrário, estaria esta Corte compelida a considerar como estritamente policial as atividades exercidas por qualquer servidor em unidade similar existente na estrutura organizacional das demais Secretarias do Distrito Federal. As atividades exercidas na então Corregedoria da SEJUS são semelhantes, por exemplo, às desenvolvidas na Coordenação de Procedimentos Disciplinares da Secretaria de Estado de Educação do DF, conforme art. 74 do Decreto nº 31.195/2009, ou na Diretoria de Instrução e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



Procedimento Disciplinar da Secretaria de Estado de Saúde do DF, conforme arts. 444 a 446 do Decreto nº 34.213/2013:

Decreto nº 31.195/2009

Art. 74. A Coordenação de Procedimentos Disciplinares, unidade de direção diretamente subordinada à Subsecretaria de Gestão dos Profissionais da Educação, além das competências comuns estabelecidas no art. 171, incs. I deste Regimento, tem como competências específicas:

I – apurar irregularidades administrativas e fatos que decorram de baixas patrimoniais ocorridos nos órgãos, unidades e instituições educacionais integrantes da estrutura organizacional da Secretaria;

II – efetuar sindicâncias para apurar fatos que possam ser caracterizados como acidente em serviço ou doença profissional;

III – apurar faltas graves que decorram de conduta funcional inadequada, abandono de cargo, inassiduidade habitual, presunção de má-fé em casos de acumulação ilícita de cargos ou de proventos, lesão ao erário e irregularidades cometidas por servidores da Secretaria;

IV – assessorar o Secretário de Estado de Educação e o Subsecretário de Gestão dos Profissionais da Educação em relação às matérias pertinentes a procedimentos disciplinares;

V – prestar informações em atendimento às diligências do Tribunal de Contas do Distrito Federal, da Corregedoria-Geral do Distrito Federal, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e de outros órgãos, em relação ao andamento dos procedimentos disciplinares, quando solicitadas;

VI – propor ao Secretário de Estado de Educação a constituição de comissões de sindicância ou de inquérito, no âmbito da Coordenação ou de comissões regionais com as mesmas finalidades, no âmbito das Diretorias Regionais de Ensino;

VII - orientar e supervisionar as comissões de sindicância nas Diretorias Regionais de Ensino;

VIII – propor instauração ou revisão dos atos processuais das comissões regionais de sindicância, em casos de comprovados vícios insanáveis detectados durante a etapa de fiscalização, visando o aperfeiçoamento das ações;

IX – atuar junto aos demais órgãos da Secretaria no sentido de agilizar as informações diligenciadas pelas Comissões, no prazo legal;

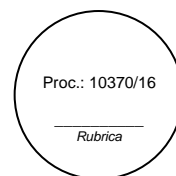
X – estimular a participação dos servidores do órgão na composição heterogênea das Comissões, incentivando o diálogo, a troca de idéias e o compartilhamento de conhecimento;

XI – mobilizar esforços para obter meios para a efetiva execução dos trabalhos das Comissões, estimulando o comprometimento e os resultados mediante apoio reiterado, tais como fornecimento de material permanente e de consumo, entrega de correspondência e tudo o mais que for necessário ao bom andamento dos processos;

XII – fornecer as informações necessárias para a realização dos trabalhos das Comissões;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



XIII – promover o desenvolvimento profissional dos membros das Comissões, valorizando suas atividades e oferecendo oportunidades de capacitação e avaliação freqüentes;

XIV – adotar medidas preventivas e retificadoras para melhoria contínua dos trabalhos dos servidores do órgão;

XV – coordenar e fiscalizar os trabalhos das Comissões Regionais de Sindicância mediante acompanhamento sistemático;

XVI – elaborar despachos de expedientes sumários;

XVII – analisar processos e distribuí-los aos membros das Comissões, de acordo com a experiência de cada um e a especificidade da matéria, visando, assim, otimizar os trabalhos apuratórios;

XVIII – controlar a composição das Comissões, de forma a equilibrar a participação dos membros nos processos;

XIX – executar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Parágrafo único. As competências das comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar, bem como as atribuições de seus presidentes, secretários e demais membros serão estabelecidas em regulamento, a ser apreciado pelo Subsecretário de Gestão dos Profissionais da Educação e submetido ao Secretário de Estado da Educação para aprovação.

Decreto nº 34.213/2013

Art. 444. À Diretoria de Instrução e Procedimento Disciplinar, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Corregedoria da Saúde, compete:

I - dirigir, coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades inerentes à apuração de infrações disciplinares no âmbito da Secretaria;

II - supervisionar as atividades dos integrantes de Comissões de Disciplina;

III - distribuir os autos de Investigação Preliminar, de Processos Administrativos Disciplinares e de Sindicâncias;

IV - examinar recomendações, ordens e sentenças judiciais;

V - analisar as representações e denúncias que lhe forem encaminhadas, apontando o procedimento cabível; e

VI - desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.

Art. 445. À Gerência de Investigação Preliminar, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Instrução e Procedimento Disciplinar, compete:

I - executar as diligências iniciais para a identificação de indícios de autoria e materialidade relacionados a denúncias de lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público e à conduta de servidores;

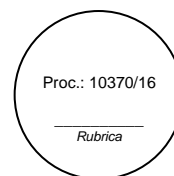
II - solicitar informações e documentos para subsidiar as investigações;

III - elaborar, realizar instrução prévia e sugerir a instauração de sindicâncias, processos administrativos disciplinares, tomadas de contas especial ou o arquivamento das denúncias, no âmbito da Secretaria;

IV - acompanhar e controlar o atendimento das diligências requeridas; e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



V - executar outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.

Art. 446. À Gerência de Procedimento Disciplinar, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Instrução e Procedimento Disciplinar, compete:

I - acompanhar as atividades desenvolvidas pelas comissões de disciplina e zelar pelo cumprimento efetivo de normas e prazos processuais;

II - orientar as comissões de disciplina exclusivamente em aspectos procedimentais e legais;

III - acompanhar e controlar o atendimento às diligências requeridas pelas comissões de disciplina;

IV - reportar à instância superior casos de descumprimento de normas, regulamentos, protocolos e legislação vigentes, por parte dos integrantes de comissões de disciplina; e

V - executar outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.

30. Prova de que as atividades exercidas perante a então Corregedoria da SEJUS são meramente administrativas é que no Regimento Interno em vigor, constante do Decreto nº 34.320/2013, que revogou o anterior (Decreto nº 28.212/2007), alterou o nome da mencionada unidade para “Comissão Permanente de Disciplina”, de modo a aproximar, inclusive na nomenclatura, às unidades semelhantes existentes nas demais Secretarias do DF.

31. Mais uma demonstração de que as atividades exercidas na Comissão Permanente de Disciplina da SEJUS não são típicas das carreiras de Delegado de Polícia e Policial Civil do DF é o fato de que no DODF de 07.06.2016 foi publicado ato de nomeação para o cargo de Presidente dessa comissão a Sra. Fabiana Grazielle Andrade Ferreira (e-Doc 893940B2), o qual exerceu até dezembro do mesmo ano, que é servidora efetiva da Secretaria de Estado de Educação, ocupante do cargo de Técnico de Gestão Educacional (e-Doc 5ABF8D83).

32. As atividades exercidas pelos autores da presente representação enquanto lotados na SEJUS não se assemelham às atribuições dos Delegados de Polícia, dos Agentes de Polícia e dos Agentes Penitenciários (atuais Agentes Policiais de Custódia, conforme Lei nº 13.064/2014), dispostas respectivamente nos artigos 95, 99 e 101 do Regimento Interno da PCDF (Decreto nº 30.490/2009), na redação do Decreto nº 33.661/2012, *verbis*:

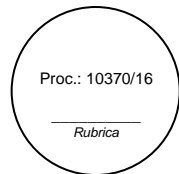
*Art.95. São atribuições do **Delegado de Polícia**:*

I - Supervisionar, coordenar, controlar e executar as atividades específicas de polícia civil ou de interesse da segurança pública;

II - Desenvolver estudos e pesquisas com vistas à preservação da segurança pública;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



- III - Estudar e propor medidas destinadas a simplificar o trabalho e a redução dos custos das operações policiais;*
- IV - Elaborar planos de estudos de situação de busca de informações e de operações policiais;*
- V - Proceder à análise de dados e elaborar informações no âmbito da Polícia Civil;*
- VI - Participar de estudos e pesquisas de natureza técnica sobre administração policial;*
- VII - Representar à autoridade competente sobre questões de natureza penal;*
- VIII - Planejar operações de segurança e de investigações;*
- IX - Supervisionar ou executar operações de caráter sigiloso;*
- X - Instaurar e presidir inquéritos policiais e termos circunstanciados;*
- XI - Presidir sindicâncias e outros procedimentos administrativos;*
- XII - Presidir audiências e lavratura do respectivo termo;*
- XIII - Proceder com todos os atos e formalidades necessários para a instrução do inquérito policial e outros procedimentos de natureza criminal ou administrativa;*
- XIV - Instruir e orientar pessoal sob sua chefia visando estabelecer novas técnicas e procedimentos de trabalho;*
- XV - Executar outras atividades decorrentes de sua lotação;*
- XVI - Cumprir e fazer cumprir o presente regimento, regulamentos administrativos e leis em vigor;*
- XVII - Desempenhar outras atividades que se enquadrem no âmbito de suas atribuições, inclusive executar operações e ações de natureza policial ou de interesse da segurança pública, ou determinadas por superior hierárquico e inerentes à atividade policial.*

[...]

Art.99. São atribuições do *Agente de Polícia*:

- I - Investigar atos ou fatos que caracterizem ou possam caracterizar infrações penais;*
- II - Assistir a autoridade policial no cumprimento das atividades de Polícia Civil;*
- III - Coordenar ou executar operações e ações de natureza policial ou de interesse de segurança pública;*
- IV - Executar intimações, notificações ou quaisquer outras atividades julgadas necessárias ao esclarecimento de atos ou fatos sob investigações;*
- V - Dirigir veículos automotores em serviços, ações e operações policiais.*
- VI - desempenhar outras atividades que se enquadrem no âmbito de suas atribuições, ou determinadas por superior hierárquico e inerentes à atividade policial;*
- VII - Cumprir e fazer cumprir o presente regimento, regulamentos administrativos e leis em vigor.*

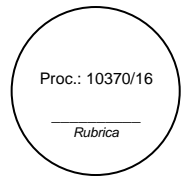
[...]

Art. 101. São atribuições do *Agente Penitenciário* (alterado pelo Decreto nº 33.661/2012):

- I – executar atividades de atendimento, serviço de vigilância, custódia, escolta, revista pessoal e em objetos, guarda, assistência e orientação de*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



peessoas recolhidas na Divisão de Controle e Custódia de Presos, do Departamento de Polícia Especializada, da Polícia Civil do Distrito Federal, ou que estejam nas demais unidades policiais da Polícia Civil do Distrito Federal aguardando recolhimento àquela Divisão;

II – desempenhar atividades de custódia e guarda provisória de presos sob a responsabilidade da Polícia Civil do Distrito Federal;

III – executar escoltas judiciais;

IV – executar a escolta de presos em ambientes hospitalares;

V – executar a escolta de presos sob a responsabilidade da Polícia Civil do Distrito Federal para apresentação ao Instituto de Medicina Legal, ao Instituto de Criminalística e ao Instituto de Identificação, bem como para apresentação desses presos a outras instituições congêneres;

VI – executar a escolta de viaturas no transporte de presos sob a responsabilidade da Polícia Civil do Distrito Federal;

VII – atuar nas atividades de inteligência voltadas para segurança da custódia de presos sob a responsabilidade da Polícia Civil do Distrito Federal;

VIII - atuar na recaptura de foragidos da Justiça;

IX – efetuar o recambiamento de presos de outros estados da federação;

X – escoltar e conduzir adolescentes infratores a delegacias e demais órgãos especializados, nos termos da lei;

XI – participar de operações policiais;

XII – desempenhar outras atividades que se enquadrem no âmbito de suas atribuições, inclusive executar operações e ações de natureza policial ou de interesse da segurança pública, ou determinadas por superior hierárquico e inerentes à atividade policial.

33. Registre-se, inclusive, que sobre o tema, o e. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, tem posicionamento pacífico no sentido de que **não se pode estender o conceito de "atividade estritamente policial" por atividade cujo exercício seja assemelhado, e não efetivamente coincidente**. Nesse sentido os Acórdãos a seguir:

JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AGENTE DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. AVERBAÇÃO DO PERÍODO PARA FINS DE APOSENTADORIA ESPECIAL. ART. 12 DA LEI N. 4.878/65. POSSIBILIDADE. APROVEITAMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ÀS FORÇAS ARMADAS. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 51, DE 1985. LIMITES INTERPRETATIVOS DE TEXTO RESTRITIVO. IMPOSSIBILIDADE DE COMPREENDER ATIVIDADE ASSEMELHADA À ESTRITAMENTE POLICIAL. SENTENÇA MANTIDA. 1. Restou provada nos autos (Num. 469825 - Pág. 1/8) a duração do curso de formação com início em 10/09/1990 e término em 12/03/1991, revelando-se correto o tempo de atividade estritamente policial apresentado pelo autor na inicial. 2. Conforme determina a art. 12 da Lei n. 4.878/65 a frequência aos cursos de formação profissional da academia de polícia para primeira investidura em cargo de atividade policial é considerada de efetivo exercício



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Proc.: 10370/16

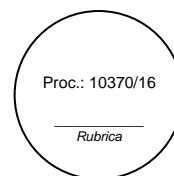
Rubrica

para fins de aposentadoria. 3. Precedente: Acórdão n. 630887, 20120110713638ACJ, Relator: SANDRA REVES VASQUES TONUSSI, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Julgamento: 30/10/2012, Publicado no DJE: 05/11/2012. Pág.: 251, DISTRITO FEDERAL versus VICTOR BARBASTEFANO. **4. Face aos limites interpretativos inscritos no texto do art. 1º, I, da Lei Complementar nº 51/1985, não se pode estender o conceito de "atividade estritamente policial" por atividade cujo exercício seja assemelhado, e não efetivamente coincidente, como é o caso do serviço militar obrigatório.** 5. Precedente: Acórdão n. 601248, 20120110085133ACJ, Relator: JOÃO FISCHER, 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Julgamento: 26/06/2012, Publicado no DJE: 09/07/2012. Pág.: 335, DISTRITO FEDERAL versus LINDOBERTO RIBEIRO JORGE. 6. Recursos CONHECIDOS, mas NÃO PROVIDOS. Condene o recorrente autor nas custas. Não há condenação do Distrito Federal em custas devido à isenção, nos termos do Decreto Lei nº 500/69. Honorários que se compensam, diante do não provimento de ambos os apelos, consoante disposto no art. 55 da Lei nº 9.099/95. 7. A súmula de julgamento servirá como acórdão, conforme a art. 46 da Lei 9.099/95 e art. 99 do Regimento Interno das E. Turmas Recursais. (grifamos)
(Acórdão n.943479, 07154197720158070016, Relator: JOÃO FISCHER 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 25/05/2016, Publicado no DJE: 06/07/2016. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

JUIZADOS ESPECIAIS FAZENDÁRIOS. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APOSENTADORIA ESPECIAL. DELEGADO DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. AUTONOMIA POLÍTICA DO DISTRITO FEDERAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PERANTE AS FORÇAS ARMADAS NÃO CONSTITUI ATIVIDADE ESTRITAMENTE POLICIAL. SENTENÇA MANTIDA. 1 - Não obstante a organização e manutenção estejam a cargo da União, o Distrito Federal configura ente político autônomo, de modo que os agentes de sua polícia civil, uma vez submetidos à estrutura administrativa e jurisdicional do ente distrital, restam incluídos na categoria de servidores públicos distritais - e não federais. Precedentes do Conselho Especial deste Egrégio TJDF (20090020122291 MSG, Relator NATANAEL CAETANO; 20020020056282 MSG, Relator VALTER XAVIER) 2 - A Lei Complementar nº 51/1985 foi recepcionada pela ordem constitucional vigente como normativa infraconstitucional reguladora do art. 40, § 4º, da Carta Federal de 1988, quanto à aposentadoria especial por desempenho da atividade policial (ADI nº 3817). **3 - Face aos limites interpretativos inscritos no texto do art. 1º, I, da Lei Complementar nº 51/1985, não se pode extrair dele norma que autorize densificar o conceito de "atividade estritamente policial" por atividade cujo exercício seja assemelhado, e não efetivamente coincidente.** Diante disso, impõe-se a conclusão de que o tempo de prestação de serviço militar não ilustra, para fins da aposentadoria disciplinada pela Lei Complementar nº 51/1985, atividade de natureza



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



estritamente policial. Precedentes (20120110085133 ACJ, Relator Juiz JOÃO FISCHER e 20100110302713 APC, Relator J.J. COSTA CARVALHO) (grifamos)

4 - Apelação conhecida e desprovida.

(Acórdão n.698720, 20120111934605ACJ, Relator: LEANDRO BORGES DE FIGUEIREDO 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Julgamento: 30/07/2013, Publicado no DJE: 06/08/2013. Pág.: 425)

34. Portanto, diante na inexistência de ilegalidade ou irregularidade de ato praticado pela PCDF, sugere-se considerar improcedente a presente representação.

35. Pelo exposto, sugere-se ao e. Tribunal:

- I. considerar improcedente a presente representação, uma vez que o procedimento adotado pela PCDF de verificar, de forma individualizada, se o tempo de serviço utilizado para a aposentadoria especial, de que trata a Lei Complementar nº 51/85, foi efetivamente cumprido sob as condições típicas da atividade policial, guarda consonância com as orientações deste e. Tribunal;
- II. dar ciência da decisão que vier a ser proferida neste feito aos autores da representação em análise; e
- III. autorizar o arquivamento do presente feito.

À consideração superior.

Brasília, 18 de julho de 2017.

Paulo de Souza Manguiera Júnior

Auditor de Controle Externo

Matr. nº 630-1